

# RAÍZES DO BRASIL, OS 60 ANOS DE UM CLÁSSICO

Renato Cruz<sup>1</sup>

**Resumo:** O livro mais famoso do historiador Sérgio Buarque de Holanda chega aos 60 anos. É uma obra que já faz parte da história da história do Brasil e que seguramente ficará para os séculos. Se traz muito forte a marca do seu tempo de origem, a conturbada década de 30, nem por isso seus temas principais perderam a atualidade. O conceito do homem cordial, por exemplo, foi apropriado por múltiplos discursos e aplicado de formas as mais variadas, quase sempre de maneira diversa daquela que o autor quis dizer. É hora de fazermos uma releitura dessa obra, tão pequena nas intenções e tão grande na influência.

**Palavras-chave:** Raízes do Brasil; historiografia; Sérgio Buarque de Holanda; pensamento brasileiro; formação da sociedade brasileira; cultura brasileira

---

**E**m outubro de 1936, Sérgio Buarque de Holanda publicou um pequeno livro, *Raízes do Brasil*, que se tornou um clássico da historiografia brasileira. Nele estavam mapeados os alicerces da formação da nossa sociedade e desenhados os perfis culturais dos sujeitos sociais que a moldaram desde os seus primórdios. Essa obra se revelou dotada de uma força iluminadora sobre a história do Brasil pela forma como procurou explicar o nosso caráter enquanto cultura diferenciada no Novo Mundo.

Para se entender a força do livro é preciso situar o ambiente cultural que formou Sérgio Buarque de Holanda e que permitiu a ele engendrar uma notável revisão da história do Brasil e da forma como ela era pesquisada e escrita até os anos 30.

A influência mais notável na sua obra histórica inaugural veio a ser o historicismo, estrutura teórica dominante nas ciências sociais alemãs até meados deste século, em paralelo ao positivismo francês.

As definições de historicismo variam desde o final do século XIX, mas, grosso modo, ele significou o método dos historiadores que atribuíam

---

<sup>1</sup>Mestrando em História Social - USP.

um caráter singular aos fenômenos históricos, propondo-se a entender cada época à luz das idéias correntes nela mesma. Em outras palavras, não se pode buscar a compreensão de um determinado período histórico sem antes considerar e entender o aparato cultural que o produziu (Meinecke, 1943; Popper, 1980).

Por trás disso está o princípio de que é necessário antes assimilar a idéia para melhor compreender o fato. Por conseguinte, são inaplicáveis às ciências sociais os conceitos e leis das ciências naturais - é preciso ressaltar esse ponto porque, se hoje isso parece axiomático para os estudiosos das ciências humanas, a crença na similaridade dos métodos científicos ainda inspirava muitos intelectuais sérios daquela época, em geral apologistas do positivismo - considerando que, uma vez plenamente compreendidos, os fenômenos naturais tornam-se impermeáveis ao tempo no tocante à observação, variando somente a questão da sua aplicação, posto que a repetição é da sua essência.

As ciências sociais, pelo contrário, preocupam-se com objetos em permanente mutação, a saber, a vontade e o ato humanos, cujo enquadramento pelo discurso científico somente se tornaria possível por leis genéricas, tanto mais abrangentes quanto mais se afastassem os cientistas do desejo da certeza e da previsibilidade que caracterizam as ciências naturais.

Como resposta a esse problema, o historicismo defendia o uso da intuição, da empatia ou da imaginação no estudo dos fenômenos humanos em contraposição ao método de observação e explicação próprio do campo dos conhecimentos naturais.

Pelo prisma dos historicistas, a metodologia das ciências naturais passou a ser inadequada para os fenômenos sociais, variáveis por definição, ou seja, comportam-se como se cada um tivesse antecedentes diferentes, repercussões imediatas distintas e desdobramentos diversos, segundo Weber (1973; 1982), desprezando semelhanças que, em havendo, nos fizessem esperar por situações razoavelmente previsíveis.

Ainda segundo Weber, as ciências naturais tem seu método de cientificidade na explicação, enquanto que as ciências humanas o têm na compreensão. A explicação - entendida aqui como a linguagem utilizada na construção, formulação e sustentação de um argumento, o que aliás vem a ser o objetivo de qualquer ciência em última análise - têm como instrumento responsável por sua solidez o conceito, que é em síntese uma fórmula de paralisar aquilo que é mutante e efervescente. Quando aplicada às ciências sociais, a explicação torna-se insuficiente, deixando lacunas que devem ser preenchidas pela compreensão. Decorre daí que a explicação nas ciências sociais é uma

explicação compreensiva, baseada numa pluralidade causal a ser observada pelo pesquisador. Por último, no tocante a esse assunto, o que se deduz de Weber é que as ciências sociais em geral, e a História em particular, são um processo de contínua racionalização das evidências.

Esta pequena introdução teórica se faz necessária porque o historicismo e Weber são as influências mais notáveis na obra inicial de Sérgio Buarque de Holanda. Foi na ciência alemã que ele encontrou elementos para sustentar suas reflexões ímpares acerca da história do Brasil. Reflexões cuja singularidade valoriza-se mais por terem vindo à luz num ambiente intelectual marcadamente positivista, onde era forte, além disso, uma historiografia carregada de determinismo e de fatalismo estéril.

Pode-se imaginar a novidade que o seu trabalho representou no Brasil dos anos 30 se considerarmos que, por causa dessa grande influência do positivismo (cujo modelo de cientificidade é a Física), no pensamento das culturas latinas era, e talvez ainda seja, muito difícil para seus intelectuais considerar como ciência qualquer método investigativo que se distancie muito da cientificidade das ciências naturais.

À guisa de exemplo, é perfeitamente possível aos alemães afirmarem que Teologia é ciência, apesar de ela ser um campo especulativo inteiramente baseado numa absoluta impossibilidade científica, a ressurreição de Jesus Cristo. Nesse caso, a validade científica não está no fato em si, mas na argumentação teórica construída em torno de um ato de fé, bem como de todas as implicações culturais dele decorrentes ao longo dos séculos.

Pode-se afirmar que a mesma Teologia não atinge semelhante status entre nós, estando mais próxima aqui de ser apenas o discurso da religião ou o conjunto de conhecimentos referentes à divindade.

Sérgio Buarque, porém, utilizou conceitos da Sociologia, da Antropologia - particularmente da Antropologia Social e da Etnologia - aliados aos métodos e conhecimentos que absorveu de autores europeus e norte-americanos para desenvolver uma pesquisa bastante original, buscando identificar na história do Brasil os traços e peculiaridades que lhe conferissem identidade própria, no sentido de definir o perfil cultural do país.

Ele ampliou o campo de pesquisa com o acréscimo de novos espaços de observação e com a multiplicação dos objetos e documentos analisados, incluindo o substrato material da cultura brasileira no campo de trabalho do historiador, buscando envolver qualquer sinal que o passado houvesse deixado e procurando entender cada um deles à luz do seu próprio contexto, sem descuidar do objetivo de criar um fluxo narrativo coerente.

Seria esse o maior mérito da obra de Sérgio Buarque se não fosse necessário ressaltar também o estilo do seu texto, vigoroso e fluente sem perder a clareza e a inteligibilidade, focalizando os conjuntos de fatos da nossa história com um olhar aguçado e humilde diante dos detalhes. Foi, aliás, de muitos e pequenos detalhes da história dos povos que formaram o Brasil que o autor retirou bastante da sua originalidade como pesquisador.

O dia-a-dia, o comer e o beber, o vestir e o morar, o amar, a organização das famílias, o modo de arar a terra, a farmacopéia, as rotinas da produção econômica, enfim quase tudo aquilo que demandava a vida no Novo Mundo desde o seu começo foi objeto de atenta observação por parte dele. Curiosidade abrangente, como se o autor quisesse testar e corroborar o dito de Descartes: "*Qualquer conhecimento, para ter validade, deve partir de pressupostos absolutamente elementares.*"

Ressaltar o particular próprio a cada conjuntura histórica, com isso matizando-a, mas sem perder a visão de conjunto e a linearidade do panorama no qual a história do país se desenrolava desde antes das Grandes Navegações, tornar-se-ia sua característica marcante como historiador, tendo na base, além do instrumental teórico que absorveu, a crença na pluralidade das culturas.

Com esse arsenal, Sérgio Buarque ajudou a transformar a década de 30 num momento muito particular da vida intelectual brasileira, um período que se caracterizaria por uma renovação dos estudos sobre o país em vários campos do pensamento.

Alguns de seus contemporâneos foram pensadores engajados na busca de uma compreensão menos acadêmica da nossa realidade - acadêmica no sentido de ter homens como Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., além do próprio Sérgio - se preocupando com a gênese do Brasil sem tentar sublimar a nossa origem e formação como nação, aceitando sem *parti-pris* o fato de que este país foi fundado por um reino que, se num certo momento esteve na vanguarda da expansão européia por razões bem circunstanciais, nunca deixou de ser periférico às forças mais dinâmicas e genuinamente propulsoras dessa expansão, sendo que a partir do final do século XVI, já completamente dominado pelo espírito reacionário da Contra-Reforma, esse pequeno reino passaria a representar, quase sempre, a negação da modernidade, sejam quais forem os sentidos que se emprestem a essa palavra no contexto europeu.

A idéia de Brasil é nova na nossa historiografia. Nos estudiosos que se dedicaram à história do país, principalmente a partir do Romantismo - essa corrente de pensamento que, juntamente com o nacionalismo, forjou o século XIX - passando pelos historiadores do período republicano, o país geralmente

ganha o contorno de uma deformidade da civilização européia nos trópicos, do qual mais havia o que lamentar do que entender.

A obra desses homens revela um compromisso com a vontade de pensar o Brasil, essa entidade nacional dotada de um Estado e ocupando um vasto território habitado por povos diversos que a partir da convivência forçada por contingências variadas desenvolveram uma cultura única, com uma história particular inserida e decorrente de um contexto mundial, mas ainda não devidamente compreendida.

*Raízes do Brasil*, apesar de pequeno, carregava uma ambição totalizadora da história do país, percorrendo-a desde muito antes de 1500, analisando as características culturais do homem ibérico, bem como as estruturas daquela sociedade que para cá foram transplantadas durante o processo de colonização e chegando até a República, alinhavando um panorama do percurso histórico da sociedade brasileira a partir do entrelaçamento de várias teias teóricas. Buscou a realidade brasileira refletindo sobre mais de uma relação dialética: entre portugueses e africanos, lusos e índios, os homens e a terra, tratando com naturalidade as mais variadas possibilidades de abordagem do perfil do homem brasileiro e o modo como ele foi se definindo ao longo dos séculos.

A mudança de enfoque produzida por esses autores consistiu em despir o seu olhar analítico e reflexivo dos preconceitos mais comuns em voga desde o século anterior, tais como o de que o Brasil era um país "*maldito desde o nascedouro*" por causa da raça que o colonizou, ou ainda de que a herança portuguesa aliada à enorme presença africana num país de clima quente e úmido jamais poderia gerar uma civilização semelhante às do hemisfério Norte.

Nesse caso a questão posta desde há muito era a da civilização e barbárie. "*Somos bárbaros e eles são civilizados, nada se pode fazer quanto a isso*", esse era o espírito que animava o debate intelectual entre muitos brasileiros e também latino-americanos até o primeiro quarto deste século como lembra Antonio Cândido no seu famoso prefácio a *Raízes do Brasil* (p. XII-I).<sup>2</sup>

A meta que a primeira obra de Sérgio Buarque já permitia vislumbrar era a busca de uma síntese que delineasse a história do Brasil a partir dos substratos que ela própria pudesse oferecer.

---

<sup>2</sup>Todas as referências ao livro de Sérgio Buarque de Holanda dizem respeito à 21ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

Partindo-se do estudo das características das culturas que foram para cá transplantadas, analisando como se deu o processo de adaptação delas umas às outras e à terra, bem como as respostas que criaram às diversas conjunturas que tiveram de enfrentar, seria possível entender a gênese da sociedade brasileira com um olhar mais próximo da realidade engendrada por ela e na qual se assentava.

A importância desse aspecto se afirma pela evidência de que em geral "*o horror à realidade*" (p.118) havia sido a marca da história feita no e sobre o Brasil até então, com algumas exceções, Capistrano de Abreu e Oliveira Lima.

Em *Raízes...* a razão fundadora do Brasil devia ser buscada no individualismo ibérico, no ethos português do século XVI, em que ao indivíduo importava ter e manter-se, bastar-se por toda a vida, não significando isso que devesse conseguir as possibilidades para tal no trabalho, como pouco depois seria apregoadado pela ideologia calvinista, mas sim na conquista de bens e posses que permitissem ao indivíduo desfrutar da condição de nada fazer, como se pode verificar no texto deixado por Gandavo (1980, p. 44):

*As pessoas que no Brasil querem viver (...) se cada hum alcançar dous pares ou meia duzia de escravos (...) logo tem remedio pera sua sustentação; porque huns lhe pescão e cação, outros lhe fazem mantimentos e fazenda e assi pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com mais descanso que neste Reino, porque os mesmos escravos indios da terra buscam de comer pera si e pera os senhores (...)*

Esse fragmento diz muito sobre o espírito que norteou o estabelecimento dos portugueses no país, em que pese o empenho do Estado português em organizar e dirigir a colonização nos moldes de uma empresa mercantil de alta lucratividade, que compensasse a distância da metrópole e justificasse a enormidade do esforço para um reino pequeno e quase desprovido de braços excedentes com que pudesse ocupar e garantir a posse da terra descoberta.

Mesmo porque a exploração comercial baseada em feitorias era o que melhor sabiam fazer os portugueses. Já haviam demonstrado isso tanto na África quanto no Oriente, e Sérgio Buarque ressalta esse fato:

*Não foi, por conseguinte, uma civilização tipicamente agrícola o que instauraram os portugueses no Brasil com a lavoura açucareira. Não o foi, em primeiro lugar, porque a tanto não conduzia o gênio aventureiro que os trouxe à América ... (p. 18).*

Toda essa questão da debilidade do planejamento e da fragilidade de organização com que se deu a colonização a qual, segundo ele, "*fez-se antes com desleixo e certo abandono*" (p. 12), em contraste com a fórmula tentada pelos holandeses um século mais tarde, decorre do que ele definiu no primeiro capítulo como a "*falta de coesão na vida social*" característica das culturas ibéricas, onde a ausência de um princípio racionalizador que marcava outras sociedades européias, terreno fértil para a ética arregimentadora que o protestantismo desencadearia logo depois, implicava a necessidade de pressão dos governos ibéricos, forçando um mínimo de coesão da sociedade na tentativa de obter ações ordenadas em qualquer escala, que resultassem em avanços produtivos. Onde faltava a solidariedade e a hierarquia, entrava o Estado desempenhando um papel catalisador (capítulos 1 e 2).

Mas Sérgio Buarque transforma o que parece uma crítica à desordem, ou antiordem melhor dizendo, das sociedades ibéricas num dado positivo. Para ele foi essa mesma falta de rigidez da estrutura social portuguesa que ajudou os conquistadores na luta áspera contra a natureza do Novo Mundo, bem como seria a falta de maleabilidade social dos holandeses o fator determinante do seu fracasso colonizador no Brasil. A plasticidade da sociedade portuguesa - tema também tratado por Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala*, de 1933 - foi a chave que permitiu a um reino pequeno e escassamente povoado assimilar inúmeros elementos, necessários a tão vasta empreitada, de outras culturas envolvidas no processo. Sem essa capacidade de adaptação a mundos estranhos é de duvidar que a empresa colonial portuguesa houvesse alcançado sucesso na escala continental que alcançou.

Nesse tópico, o autor está na verdade defendendo, ou até louvando, a empreitada colonial lusitana e refutando aqueles que teriam preferido uma colonização flamenga para o país, acreditando que, com isso, provavelmente tivéssemos um destino mais feliz como nação. Seria como se ele estivesse nos dizendo que, dadas as condições de colonizadores e colonizados e as circunstâncias em que o processo se deu, foi o melhor que se pôde fazer.

Naturalmente, sem o propósito, de geração em geração, não importa quão passageiros eram seus objetivos, os portugueses deram forma a uma cultura que reproduzia em escala muito aumentada o universo social da metrópole, dinamizado pelo caráter comercial da exploração do território, que implicou na subjugação ou no acréscimo de outros grupos étnicos a esse universo.

Quando discorre sobre a sociedade lusitana e a migração das suas estruturas para o Brasil, ele sustenta suas explicações recorrendo a toda sorte

de argumentos. Não se contenta com as fontes propriamente ditas. Utiliza a lingüística, a etimologia das palavras, as suas mudanças de forma e de sentido, trovas do cancionero português, a geografia humana, os costumes do povo, enfim todos os meios que pudessem servir à história, propiciando um tipo de inovação documental que vinha sendo consagrado pela historiografia francesa dos *Annales*.

Dessa maneira ele vai definindo aos poucos, procurando aglutinar todas as nuances, o perfil humano do que se pode chamar de civilização brasileira. Importa salientar aqui que uma das preocupações basilares do livro é justamente diferenciar o homem brasileiro desde as suas origens. Tal intenção aparece em frases como:

*O que ambos admiram como ideal [referindo-se a portugueses e espanhóis] é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação (p. 10);*

e,

*No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma (p. 11).*

Civilização rural baseada na exploração monocultora da grande propriedade e utilização intensiva de mão-de-obra escrava, tinha como corolário a destruição contínua desses dois fatores. O mais que se fez foram cidades desprovidas de sentido próprio, criadas para servir uma colônia de fazendas. No entanto, do que era necessário ou pertinente ao funcionamento do modelo colonial lusitano, resultou uma sociedade que veio desenvolvendo passo por passo uma dinâmica autóctone.

O conflito entre a parte desse meio social em processo de estratificação, cuja base econômica assentava-se nas cidades, e a parte enraizada nas fazendas havia quase trezentos anos no século XVIII, acelerou essa dinâmica, especialmente após a transferência da corte portuguesa para cá. E muito mal se resolveu esse conflito até fins do século passado, sendo ele, aliás, um dos fatores que produziu a independência.

*Deve-se reter, todavia, este fato significativo, de que, naquele período, os centros urbanos brasileiros nunca deixaram de se ressentir*

*fortemente da 'ditadura' [grifo do autor] dos domínios rurais (p. 57).*

Não estranha, portanto, que ainda neste século XX a nossa figura de maior expressão pública seja a de um fazendeiro, Getúlio Vargas.

A partir daí o autor passa a discutir as diferenças entre o tipo de colonização portuguesa e espanhola. Enquanto esta criava cidades lutando por edificar na América uma continuação da metrópole, para isso enfrentando a natureza com o intuito de dominá-la, aquela apenas ocupava o espaço da maneira menos trabalhosa possível, tentando tirar o máximo proveito dele e importando-se muito pouco em construir o que quer que fosse além do mínimo requerido para o usufruto imediato.

Conseqüentemente, a conduta dos portugueses significava absorver, amoldar-se ao que encontrasse pela frente, na tentativa de agilizar o uso e na esperança de que esse uso gerasse rápidos resultados. Essa questão é problematizada no livro através da metáfora do *semeador* e o *ladrilhador* (capítulo 4).

O espanhol é o que acentua o caráter racional da colonização, planejando e construindo os instrumentos da sua presença na terra conquistada, o *ladrilhador*, enquanto o português põe cidades ao acaso da necessidade momentânea seguindo o desenho da natureza que encontra, é o *semeador*, alheio a qualquer perspectiva futurista e indiferente a razões de longo prazo.

*Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizessem grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios (p. 73-74).*

Por que um historiador nutrido de teorias weberianas não tentaria definir um tipo ideal brasileiro como já o fizera com os ingleses, por exemplo (p. 15)? É o que sugere a idéia do *homem cordial*.

O homem brasileiro é produto de uma junção histórica de culturas, sendo que a principal delas fora forjada numa tolerância baseada em uma certa crença na transitoriedade das posições, quer sejam pessoais, quer sejam de classe, o que fazia dessa cultura um modelo de dominação bastante maleável e expansivo, uma vez que por princípio não rejeitava quaisquer elementos de outras culturas com as quais fizesse contato.

Essa maleabilidade social portuguesa os habituara a viver em uma sociedade não excludente - a exclusão a que me refiro vem a ser, por contraste, a do tipo existente numa sociedade como a que se formou na América do

Norte, cujo modelo define claramente, no seu interior, quem está dentro e quem está fora do organismo social - interessada primordialmente nas possibilidades de alteração das posições sociais de cada indivíduo.

Somos uma sociedade que começou nos engenhos de açúcar, unidades rurais de produção para o mercado externo, microcosmos sociais onde o poder era senhorial, emanando de uma vontade pessoal que, dadas as condições de isolamento em que era exercida, aliadas às complexas razões culturais apresentadas pelo autor, impregnava todas as relações pessoais, de classe e inter-classes ligadas ao latifúndio.

Num universo como esse pode-se concluir quão difícil era a possibilidade de sucesso de leis genéricas ou quaisquer outros instrumentos de ordenamento coletivo. Ali a vida corria por conta exclusiva das necessidades cotidianas da produção do açúcar, organizadas e priorizadas pelo senhor de engenho - título que entre nós assumiu um significado quase feudal. Era ele a fonte e o veículo de todo o poder e a representação última de qualquer instituição alcançável pelos habitantes do lugar.

A personalização do poder em níveis absolutos no latifundiário gerava a contrapartida da subordinação de todo direito à sua vontade. Num universo em que o extralegal predominava sobre a regra, o cotidiano se reduzia a um contínuo conflito de demandas pessoais cuja primeira conseqüência vinha a ser a supremacia do sentimento em detrimento da razão.

*É possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. (p. 106)*

Era o caminho da construção de uma sociedade baseada na ética das relações pessoais ao invés do contrato.

*O desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira (...) E é tão característica entre nós, essa maneira de ser, que não desaparece sequer nos tipos de atividade que devem alimentar-se normalmente de concorrência (...) (p. 109).*

Uma sociedade onde o que ressalta é a primazia do indivíduo sobre o coletivo, a abstração da idéia de política, a atrofia do sentido lato da coisa pública e a dificuldade de separação entre o espaço público e o privado.

O *homem cordial*, germinado na matriz ibérica, ganhou corpo nessas teias semifeudais das nossas fundações rurais. Desenvolveu-se à medida

que essa sociedade alargava e enrijecia suas estruturas, compensando com suas ações e seu modo de ser a fragilidade das instituições e dos mecanismos administrativos impessoais, substituindo ao longo do tempo os vácuos de um Estado distante e pouco presente, quando dos tempos coloniais, ou desarticulado, uma vez que sua gênese deu-se num sistema colonial que se assentou em relações patrimoniais, do mais elementar mandonismo.

Cordialidade que não quer dizer bondade ou até mesmo afetividade, mas sim a prevalência do particular, acessível ao toque do indivíduo, sobre a norma abstrata. Cordialidade que também se traduz pela permanente busca de humanizar todo direito, personalizar todo conflito, trazendo-os continuamente para a proximidade da influência intimista dos envolvidos imediatos.

O essencial do raciocínio de Sérgio Buarque sobre a cordialidade do brasileiro se refere, no entanto, ao fato de que toda espécie de instituição social, por aqui, termina diferenciada por esse contato intimista, aí incluindo a família, as amizades, a vida em comunidade, os negócios públicos e privados, a religião, *"no Brasil é precisamente o rigorismo do rito que se afrouxa e se humaniza"* (p. 110), as tradições, a justiça, as leis e o Estado por fim.

No restante do livro a análise segue por esse mesmo diapasão, centrada na análise da ação distinguidora da *"brasilidade"* que por vezes, ao absorver conceitos de fora, produz resultados completamente diversos do sentido original. O país se ajusta mal quando se põe a reproduzir internamente estruturas estranhas ao seu caldo cultural.

*A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios ... (p. 119).*

Cabe nessa assertiva o jogo político falacioso do Império, praticado por uma classe de proprietários que fez a independência com um representante da Casa de Bragança. Um ato cujo simbolismo transparente traduz seu real significado, ou seja, num primeiro instante, a independência não deixou de ser pouco mais que a *"interiorização da metrópole"*, como já disse Maria Odila (1985).

Sérgio Buarque enfoca ainda o desassossego dessa classe agrária com as perturbações trazidas pela independência, pelas crises regenciais, pelas pressões oriundas não somente da urbanização, mas, principalmente, da mudança do modelo econômico estrutural do país que, a partir da supremacia do café na segunda metade do século passado, alcança um dinamismo cada vez menos suscetível ao controle incontestado desse grupo dirigente.

Sobre essas elites o autor faz um retrato algo generalizante e tipificador. Ressalta os traços que, a seu ver, definem o caráter dessa classe e, por conseguinte, seu papel histórico na organização da sociedade brasileira.

Esses traços seriam o amor pela palavra, por uma retórica barroca que só raramente redundava em atos de efetiva eficácia, o que revela um certo descompromisso com a situação real e o destino do país. O apego a símbolos de poder e posição, cargos e títulos, vazios de significado prático e frágeis na capacidade realizadora. Um total distanciamento da realidade social circundante, como se ela fora produzida por geração espontânea.

Daí a estranheza dessas elites em relação à massa popular, que a faz desesperar da realidade. Como também a crença inabalável na força da palavra escrita, como se, por si só, ela fosse capaz de reger, conduzir ou alterar essa realidade tão desagradável, tão resistente à normatização.

O livro é, na forma como foi concebido, uma crítica à visão autoritária da nossa sociedade, habitual até então não somente entre as elites (ver Paulo Prado, 1962, por exemplo), mas também entre os intelectuais. Recusando valor a toda forma de determinismo que ligasse inapelavelmente nosso destino aos signos mais em voga até sua época: nação, raça, religião, clima, tradições, herança biológica etc.; assumindo que cada um deles pudesse ter um peso relativo mas não absoluto na formação da cultura brasileira, o historiador pretende resgatar os fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento.

Havia que se recuperar as diversas forças históricas e culturais que nos originaram. Desconfiando do comparativismo entre culturas diferentes, Sérgio Buarque estava questionando o pensamento liberal, marcadamente novecentista, que estabelecia etapas a serem cumpridas por todos os povos no caminho do progresso e da modernidade. Esse tipo de visão terminava por conduzir a uma estrada sem saída, pois supunha um estágio de desenvolvimento econômico, político, social e cultural semelhante para todos os povos. Isso significa, em última análise, que qualquer desvio do caminho padronizado, quer seja na origem, quer seja no processo, condenava o sujeito da ação a uma forma eterna de subdesenvolvimento, com o qual só restava conformar-se.

Tratava-se pois de, reagindo a essa mentalidade, estudar a formação do Brasil com seus elementos constituintes, retirando-lhes a carga secular do preconceito e conferindo-lhes a organicidade necessária.

Sem anuir com a desesperança típica das nossas elites, com a imagem que faziam de si próprias e do país, ainda que algumas vezes se utilize

de um tom condescendente para com essas classes no que diz respeito ao resultado da colonização,

*A sociedade foi mal formada nesta terra, desde as suas raízes. Se as classes cultas se acham isoladas do resto da nação, não é por culpa sua, é por sua desventura (p. 135).*

O relativismo cultural foi o prisma e o método com o qual esse historiador procurou desmistificar a explicação do Brasil que se tinha até sua época.

Seu livro pode ser visto como datado, na medida em que essa concepção historiográfica atualmente já não é defensável. Ele escreveu tocado pelo espírito renovador que a Revolução de 30 lançara sobre o país.

Conquanto Sérgio Buarque não se detenha numa análise do problema racial brasileiro, mais precisamente do racismo das elites que perpassa todo o corpo social, sua visão liberal e contestatória atribui uma capacidade revolucionária ao processo da abolição, que não se confirmou, passados já 60 anos da primeira edição.

Os problemas sociais gerados pela estratificação de base escravista e pela estrutura econômica agrário-exportadora montada desde a colônia permanecem e a dívida da escravidão jamais foi resgatada, ainda que tenha sido suavemente mitigada aqui e ali por iniciativas do Estado, como o varguismo, por exemplo. O Estado que aliás não adquire no livro, em nenhum momento, um caráter articulado.

Nesse aspecto o máximo que o seu entendimento da nossa história concede é a gestação de uma nova sociedade na crise do sistema colonial, cujo início ele localiza na passagem do mundo rural brasileiro à vida urbana desde meados do século passado, e o transbordamento dos vícios daquele a esta. Essa crise se acelera produzindo a abolição e o final da monarquia, sem encontrar ainda um termo claro e definido até meados deste século.

A ambição totalizadora da obra, inspirada por uma visão globalizada da história do Brasil, leva-o a produzir em menos de 150 páginas um painel por demais abrangente e impressionista, vez por outra, da complexa civilização que os portugueses plantaram nos trópicos, o que não lhe diminui o mérito do esforço de compreensão das raízes dessa sociedade, nem tampouco altera o valor das questões novas que trouxe para o debate sobre a origem e formação do Brasil.

*Raízes do Brasil* introduziu temas que foram incorporados à discussão sobre a história do país e passaram a fazer parte da nossa historiografia. Sugere um conjunto de ensaios acerca da cultura desenvolvida nos trópicos a

partir da transplantação de outras mais antigas para cá. Nesse aspecto é menos um livro de História e mais uma proposição temática sobre os fundamentos da civilização brasileira.

### Referências Bibliográficas:

- AVELINO FILHO, George. As raízes de raízes do Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, 18: 1987.
- BARBOSA, Francisco A. "Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda". In: *SÉRGIO Buarque de Holanda, vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Edusp, 1988.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*, 2 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BURGUIÈRE, André. "A antropologia histórica". In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 125-152.
- CARDOSO, Fernando H. Livros que inventaram o Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, 37: 1993.
- DIAS, Maria Odila L.S.(org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985.
- GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1980.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989
- IGLÉSIAS, Francisco. Evocação de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista do Brasil*, 3(6): 122-128, 1987.
- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p.177-213.

- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. "O significado de Raízes do Brasil". In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p.. 39-50.
- WEBER, Max. A ciência como vocação. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982
- \_\_\_\_\_. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1989.
- \_\_\_\_\_. "A objetividade do conhecimento nas ciências sociais". In: *Max Weber*: São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Ensayos sobre metodología sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.

## RAÍZES DO BRASIL: SIXTY YEARS OF A CLASSIC

**Abstract:** The most famous book by the historian Sérgio Buarque de Holanda reaches its 60 years. It is a work that has already become part of the history of the history of Brazil and that will surely be kept as a masterwork for centuries on. If it strongly brings out the sign of its origin time, the troubled 30's, notwithstanding its major themes have lost the current liability. The concept of the "homem cordial" (cordial man), for example, has been appropriated by multiple thoughts and applied in ways the most varied, nearly always in a diverse manner from that which the author meant. It is time for us to make a rereading of this work so little in intention and so grand in influence.

**Key-words:** Raízes do Brasil; historiography; Sérgio Buarque de Holanda; Brazilian thought; rising of the Brazilian society; Brazilian culture.